

RECURSO ESPECIAL Nº 1.817.495 - PR (2019/0155027-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : LUIZ ANTONIO FERREIRA FERRO
ADVOGADOS : ROSÂNGELA CRISTINA BARBOZA SLEDER E OUTRO(S) - PR036441
MARCOS PAULO MANTOAN MARCUSSU - PR060677
LUANA GABRIELA RIBEIRO ARAN - PR074372
NELDEMAR SLEDER - PR084462
NATHALYA LOPES TORQUATO - PR076817
GUILHERME MICHEL BARBOZA SLEDER - PR089364
RECORRIDO : OMNI S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS : JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONE E OUTRO(S) - SP103587
ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES - PR069005

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por LUIZ ANTONIO FERREIRA FERRO, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, em face de acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (e-STJ fl. 290):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM AÇÃO DE DEPÓSITO. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU QUE INDEFERIU O PEDIDO DE CONEXÃO E AFASTOU A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AGRAVANTE QUE PUGNA PELA REFORMA DA DECISÃO, COM O RECONHECIMENTO DA OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO, EXTINGUINDO-SE O FEITO. IMPOSSIBILIDADE. CULPA PELA DEMORA DA CITAÇÃO DO RÉU QUE NÃO PODE SER ATRIBUÍDA À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORA. CUMPRIMENTO DE TODAS AS DILIGÊNCIAS E DETERMINAÇÕES JUDICIAIS. AUSÊNCIA DE DESÍDIA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta ofensa aos arts. 4º, 6º e 1.022, II, do CPC/15; e 206, § 5º, I, do Código Civil, sustentando, em síntese, além de negativa de prestação jurisdicional, a ocorrência da prescrição intercorrente, em razão de desídia por parte da recorrida em promover a citação do recorrente.

É o relatório.

Passo a fundamentar.

A irresignação não procede.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 1022 do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

Além disso, na hipótese, observa-se, o Tribunal de origem consignou interrompido o prazo prescricional, visto que a demora na citação não decorreu da inércia do credor, tendo afirmado inexistir desídia da recorrida, e que cumpriu as determinações judiciais e impulsionou o processo , *verbis*:

A ação foi proposta por OMNI S/A - Crédito, Financiamento e Investimento em face de Luiz Antônio Ferreira Ferro na data de 21/11/2011 (seq. 1.1 - Projudi). O pedido liminar foi deferido, não sendo procedida a busca e apreensão, considerando que o requerido havia mudado de cidade (seq. 1.3 - Projudi).

Diante disso, a parte autora requereu a expedição de carta precatória para Cidade Gaúcha, no Rio Grande do Sul, sendo retirada e encaminhada para cumprimento em 20/04/2012. Em 21/10/2013 houve apresentação de substabelecimento, tendo a Magistrada determinado a intimação da parte para indicar a localização do bem ou requerer a conversão em ação de depósito. A autora se manifestou na seqüência, 1.5 pleiteando pela conversão do feito, em 24/03/2014. O magistrado a quo, em 17/12/2014, acatou a mudança. Foi expedido novo mandado de citação, o qual não foi cumprido pela não localização do requerido, que possivelmente teria mudado para Maringá/PR,

Superior Tribunal de Justiça

conforme certidão do Sr. Oficial de Justiça apresentado na seqüência 4.1 - Projudi (24/08/2015).

O processo foi digitalizado e inserido no sistema Projudi na data de 07/07/2015, tendo a parte autora requerido o desentranhamento do mandado para cumprimento em um endereço apresentado, no qual também não foi localizado o réu.

A parte autora requereu a citação por edital, o que foi indeferido pelo magistrado a quo, sendo determinada a expedição de ofícios e consultas a sistemas de praxe (seq. 20 - Projudi). A parte requerente recolheu as custas para expedição dos ofícios e os desentranhou dos autos.

O réu foi devidamente citado em 15/08/2016, conforme certidão constante na seqüência 45 - Projudi, apresentado contestação na seqüência 46 - Projudi. A parte requerente apresentou impugnação à contestação na seqüência 51 - Projudi, sendo, então, proferida a decisão ora atacada.

Diante de exposto, não se observa qualquer desídia da parte autora e, portanto, permanecem hígidos os fundamentos adotados quando da apreciação do pedido liminar, o quais reitero como razão para decidir, in verbis:

[....]

Ademais, não houve a demonstração de inércia da parte autora de modo suficiente à caracterização de eventual abandono de causa. No caso, houve dificuldade para localizar o bem objeto do processo, assim como foram realizadas diversas diligências até haver sucesso na citação do réu. Foram esses atos a causa principal da morosidade da tramitação do processo.

Nesse sentido, aliás, dispõe a Súmula 106 do STJ: 'proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência'. (e-STJ, fls. 919-921).

Dessa forma, a revisão das conclusões alcançadas pela Corte local acerca da inexistência de desídia da parte recorrida demandaria amplo revolvimento do conjunto fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula n.º 7 desta Corte Superior.

Outrossim, verifica-se que o entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a qual é firme no sentido de que considera-se interrompida a prescrição na data em que a petição inicial é protocolada, desde que não seja imputada ao exequente culpa pelo atraso do despacho ou

da citação, como ocorreu no caso em apreço, segundo a moldura fática delineada pelas instâncias ordinárias.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DOS EMBARGANTES.

1. Considera-se interrompida a prescrição na data em que a petição inicial é protocolada, desde que não seja imputada ao exequente culpa pelo atraso do despacho ou da citação.

2. Incide a Súmula n. 7/STJ se o Tribunal de origem afirma não estar configurada desídia do exequente na realização dos procedimentos necessários à realização do ato citatório.

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1.373.799/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 17/2/2016; grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESCRIÇÃO. CITAÇÃO. DEMORA. SÚMULA N. 106/STJ.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, deve ser afastada a alegada violação ao art. 535 do Código de Processo Civil.

2. A demora na citação por razões inerentes ao mecanismo do Poder Judiciário não dá causa à prescrição, nos termos do enunciado n. 106 da Súmula.

3. A alteração da conclusão do acórdão recorrido, que entendeu ausente inércia por parte do autor, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado no âmbito do recurso especial (Súmula 7/STJ).

4. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 598.718/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 20/4/2015; grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. IMPOSSIBILIDADE DE REANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N. 7/STJ.

1. O recurso especial que não enfrenta os dispositivos legais indicados como violados não deve ser conhecido. Súmulas n. 282 e

356 do STF.

2. Avaliar se houve desídia do exequente capaz de permitir a ocorrência de prescrição intercorrente demanda o revolvimento de matéria fático-probatória. Vedação da Súmula n. 7/STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no REsp 753.383/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 1º/2/2013; grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO MONITÓRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA STJ/7. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO AGRAVADA. MANUTENÇÃO.

1.- A convicção a que chegou o Tribunal a quo quanto à necessidade de produção de prova testemunhal decorreu da análise do conjunto probatório. O acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte. Incide nesse ponto a Súmula STJ/7.

2.- Deve ser considerada interrompida a prescrição na data da distribuição da ação, nos termos do art. 219, §§ 1º e 2º do CPC, quando a demora na citação do executado se deve a outros fatores, e não à desídia do credor (AgRg na MC 17261 / AP, Relator(a) Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe 12/11/2010).

3.- Agravo Regimental improvido."

(AgRg no AREsp 7.026/DF, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe de 30/10/2012; grifou-se).

Assim, verificando-se a impossibilidade de reavaliação da ocorrência de desídia da autora nesta instância e constatando-se a conformidade do acórdão recorrido com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o recurso não comporta provimento.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator